



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Vinculada ao Ministério da Integração Nacional – MI

7ª Superintendência Regional

Rua Taumaturgo de Azevedo, n.º 2315, Centro – Teresina/PI – CEP 64001-340

TEL: (86) 3215-0147 - FAX: (86) 3215-0147 - e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO
EDITAL N.º 06/2017**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTINUADOS DE
REPROGRAFIA PARA ATENDER A
SEDE DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL DA CODEVASF, EM
TERESINA-PI.**

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

PROCESSO Nº 59570.000616/2017-15

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL N.º 06/2017-7ªSR

A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as condições deste Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de reprografia para atender a sede da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina-PI.

DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: Edital e seus Anexos estará disponível para consulta e retirada de cópia nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br. Caso a licitante não consiga baixar os arquivos dos referidos sítios, o Edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados na sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, mediante apresentação de CD-ROM, localizada na Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02, Sala 106, Centro, Teresina – PI, fone/fax (86) 3215-0147, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta feira, a partir do dia 31/07/2017.

ENVIO DAS PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até a abertura da sessão, respeitado o interregno mínimo de 08 (oito) dias úteis para divulgação da licitação.

DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA): Às 10:00h (dez horas) do dia 10 (dez) de agosto de 2017 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

LOCAL DA SESSÃO: www.comprasgovernamentais.gov.br

OBSERVAÇÃO: O presente Pregão Eletrônico será realizado por meio da Internet e observará as condições estabelecidas no Edital em epígrafe, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto n.º 5.450/2005, de 31/05/2005, Instrução Normativa n.º 02/2008, Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e subsidiariamente os dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Teresina (PI), 28 de julho de 2017.

JOSÉ OCELO ROCHA CAMPOS JÚNIOR
Superintendente Regional Substituto
CODEVASF – 7ª/SR

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1. OBJETO, LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO GERAL
2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
4. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
5. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO
6. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
8. FORMULAÇÃO DOS LANCES
9. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
10. HABILITAÇÃO
11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
13. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO
14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
15. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
16. OBRIGAÇÕES GERAIS
17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
18. GARANTIA DE EXECUÇÃO
19. REAJUSTAMENTO
20. FISCALIZAÇÃO
21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO
22. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	TERMO DA PROPOSTA
ANEXO III	MODELO DE DECLARAÇÕES
ANEXO IV	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO V	GUIA DE RETIRADA DO EDITAL

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

PROCESSO Nº 59570.000616/2017-15

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL N.º 06/2017 -7ªSR

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que, nas datas, horários e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

Esta licitação observará as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, do Decreto n.º 5.450 de 31/05/2005, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, Instrução Normativa n.º 02/2008, e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DATA E HORA PARA ENVIO DE PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até a abertura da sessão, respeitado o interregno mínimo de 08 (oito) dias úteis para divulgação da licitação.

DATA E HORA PARA ABERTURA DA SESSÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/08/2017, às 10:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

LOCAL DA SESSÃO: HYPERLINK “[http:// www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)”

São ANEXOS deste Edital, fazendo parte integrante do mesmo os seguintes documentos:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	TERMO DA PROPOSTA
ANEXO III	MODELO DE DECLARAÇÕES
ANEXO IV	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO V	GUIA DE RETIRADA DO EDITAL

1. OBJETO, LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO GERAL

1.1. OBJETO

1.1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de reprografia para atender a sede da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina-PI.

1.2. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

1.2.1. A descrição detalhada (do equipamento e suprimentos, dos tipos de equipamentos, especificação dos serviços, do serviço de suporte técnico, da central de operação, da forma de prestação do serviço), local de prestação do serviço, quantitativos e orçamentação e demais informações referentes aos serviços objeto desta licitação constam nos Termos de Referências (Anexo I).

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão, os interessados que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos e que estejam **obrigatoriamente** cadastrados no SICAF e devidamente credenciados no site www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 2.1.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007. **Em cumprimento ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro 2006 e ao artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015, a licitação resultante deste edital será destinada exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.**
- 2.1.1.1. Em relação às sociedades cooperativas só poderão participar, com tratamento diferenciado, conforme subitem acima, aquelas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.
- 2.1.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.1.1.3. As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º, bem como, estão aptas a usufruírem do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
- 2.1.2. Para participação no Pregão Eletrônico a licitante deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. (§ 2º do art. 21 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 2.2. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 2.3. O atestado de visita não é exigido, porém, a licitante é a inteira responsável pela verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta. A licitante interessada poderá vistoriar, por intermédio de seu representante legal, devidamente qualificado para esse fim, as dependências físicas a que se refere o objeto deste Edital, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à 7ª/GRA/USA, pelos telefones (86) 3215-0120 ou 3215-0123.
- 2.3.1. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 2.3.2. Os custos decorrentes da visita aos locais onde serão executados os serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- 2.3.3. A licitante, independente de visita ao local de execução do objeto deverá apresentar a declaração exigida no subitem 10.1.2.3, "a" deste Edital.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 2.4. Caberá à licitante interessada em participar deste Pregão Eletrônico:
- a) credenciar-se no SICAF;
 - b) remeter, no prazo estabelecido neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta de preços;
 - c) responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/05);
 - d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005);
 - e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - f) utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
 - g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 2.5. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
- a) em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - b) que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com qualquer órgão integrante do SISG/SIASG ou que por estes tenham sido declaradas inidôneas;
 - c) cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF, bem como cujos empregados, responsáveis técnicos ou sócios tenham relação de parentesco com qualquer empregado, efetivo ou em comissão, da CODEVASF, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04/06/2010.
 - d) estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.
- 2.6. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, nem a subcontratação parcial ou total dos serviços/fornecimento.
- 3. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**
- 3.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via Internet através do e-mail 7a.sl@codevasf.gov.br, ou ainda pelo Telefax (86) 3215-0147. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 3.2. A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas aquelas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações.
- 3.3. As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar o fornecimento das peças/acessórios e a execução dos serviços, seus custos e prazos.
- 3.4. Analisando as consultas, a CODEVASF irá esclarecê-las, divulgando os esclarecimentos nos sites da CODEVASF e do COMPRASNET: www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via e-mail e nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.5. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus anexos, que a comprovou e a achou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

4. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 4.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica.
- 4.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração dos Termos de Referência e do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da data do pedido da impugnação.
- 4.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso o sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 5.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto 5.450/2005).
- 5.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 5.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

6. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 6.1. Após a divulgação do Edital no sitio do COMPRASNET: www.comprasgovernamentais.gov.br, a licitante deverá apresentar, no campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado “**Descrição detalhada do objeto ofertado**”, a sua Proposta de Preços, contendo obrigatoriamente as características dos serviços a serem ofertados, detalhadamente, em língua portuguesa, atentando-se para as especificações dispostas na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados, contemplando **os preços unitário e total**, estando incluídos todos os impostos, taxas, despesas e quaisquer outros incidentes sobre o objeto deste Pregão, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. (art. 21, caput, Decreto nº 5.450/2005).

- 6.1.1. As propostas serão aceitas somente para todos os itens, conforme este Edital. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.

- 6.1.2. Não serão considerados propostas ou lances para quantidade inferior à estimada para cada item, conforme ANEXO I — Termo de Referência, observando a condição disposta no Edital.

- 6.1.3. Apresentada a proposta, ainda que omissa em sua descrição, a licitante compromete-se a executar os serviços, objeto deste Edital, sem preterição do que consta neste Edital e seus Anexos.

- 6.2. **As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa deverão declarar no ato do envio de suas propostas, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.**

- 6.3. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

- 6.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências do presente Edital e seus Anexos, e que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento.

7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1. No horário e data estabelecidos no preâmbulo do edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 06/2017-7ªSR** com a divulgação das Propostas de Preços aceitas pelo sistema.

- 7.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 5.450/2005).

- 7.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

8. FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 8.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento do valor consignado no registro.
- 8.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 8.3. **A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.**
- 8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.6. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 8.6.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 8.6.2. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 8.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 8.7.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento às licitantes, informando que após transcorridos 30 (trinta) minutos, a contar do aviso do Pregoeiro, a qualquer momento a etapa de lances será encerrada.
- 8.8. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa. (Art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007).
 - 8.8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa sejam inferiores em até 5% (cinco por cento) em relação à proposta mais bem classificada.
 - 8.8.1.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada, e aquelas que se seguirem na ordem de classificação, serão convocadas para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 8.8.2. Para efeito do disposto no subitem 8.8.1 deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
 - b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, os lances serão ofertados de acordo com a ordem de classificação definida pelo próprio sistema.
- 8.8.2.1. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 8.8. acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.8.2.2. A condição prevista no subitem 8.8.2.1. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 8.9. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.
- 8.9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 9.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme as disposições deste Edital e seus Anexos. (art. 25 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 9.2. O Pregoeiro poderá anunciar a(s) licitante(s) vencedora(s) imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da **aceitação do lance de menor valor**.
- 9.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 9.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.4. A Proposta de Preços, inicialmente encaminhada nos termos determinados pelo subitem 6.1 deste Edital, que compreende a descrição do objeto ofertado e todas as demais

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

informações afins julgadas necessárias ou convenientes, deverá ser reformulada pela licitante vencedora, em forma de planilha e texto, devidamente preenchida, conforme modelo constante do ANEXO II, parte integrante deste Edital, após a fase de lances, com a composição dos itens, com os valores unitário e total, devidamente atualizados, que poderá ser **enviada pelo sistema eletrônico do SIASG (OPÇÃO PLANILHA ATUALIZADA) ou via e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br, no prazo de até 02 (duas) horas**, a partir da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro.

- 9.5. A Proposta de Preços reformulada, de que trata o subitem 9.4 acima, **deverá ser encaminhada em original no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, para a sede da 7ª/SR, contado da data da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.
- 9.6. O prazo de validade da proposta será de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 9.7. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez aceitas as propostas de preços.

10. HABILITAÇÃO

- 10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta, desde que aceita pelo Pregoeiro, deverá comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

10.1.1. **Verificação, "on line", junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme a IN n.º 02/2010 - SLTI/MPOG, da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Habilitação jurídica, conforme art. 28 da lei 8.666/93;
- b) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e da regularidade fiscal perante as FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS e O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO-FGTS.
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um).
- d) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.

10.1.1.1. **Na hipótese de haver documentos não registrados ou com prazo de validade vencido junto ao SICAF, as licitantes classificadas deverão apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor.**

- 10.1.1.2. Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL ou pelo Pregoeiro, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

10.1.1.3. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.2. Documentação complementar para habilitação não contemplada pelo SICAF:

10.1.2.1. Habilitação técnica, nos termos da IN nº 06, de 23 de dezembro de 2013:

- a) Atestados ou declarações de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, sendo aceito somatório de atestados.

10.1.2.2. Regularidade Trabalhista:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor.

10.1.2.3. Declaração:

- a) Declarará, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CODEVASF, conforme Anexo III-A.
- b) Declaração, em conformidade com o modelo sugerido no Anexo III-B, de que, quando da assinatura do contrato, terá estrutura administrativa e técnica adequadas (essa última, própria ou terceirizada para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva), localizada na região da cidade de Teresina-PI.

10.1.3. Declarações a serem enviadas através do sistema do Comprasnet:

- a) No caso de ME ou EPP, a mesma deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007.
- b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação no presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posteriores;
- d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 17/09/2009.

10.1.4. Documentação complementar para habilitação de Cooperativas:

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- a) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;
 - b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;
 - c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - d) Registro previsto na Lei 5.764/71, art. 107;
 - e) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - I. Ata de fundação;
 - II. Estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
 - III. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia que os aprovou;
 - IV. Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
 - V. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - VI. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - VII. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 10.1.4.1. A validade das certidões referidas nos subitens acima corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 10.1.4.2. Caso a(s) certidão(ões) expedidas pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens.
- 10.1.4.3. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 10.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no subitem 10.1.1 deste Edital, no que couber.
- 10.3. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou que estejam com validade vencida no SICAF deverão ser apresentados via e-mail, no endereço 7a.sl@codevasf.gov.br, no prazo de 02 (duas) horas após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.**
- 10.3.1. **Os documentos enviados via Sistema ou e-mail, quando não for possível ao pregoeiro autenticá-los na página do órgão ou entidade que os emitiu, deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL, pelo pregoeiro oficial ou membro da equipe de apoio, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, sob pena de inabilitação.**
- 10.4. A não comprovação de regularidade de quaisquer dos documentos indicados no subitem 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 acima implicará na inabilitação da licitante, com a consequente desclassificação da proposta e aplicação das penalidades previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.
- 10.5. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, em se tratando das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida quando da assinatura do contrato com a CODEVASF. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 10.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Codevasf, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 10.5.2. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 10.5.1 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 das Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação. (art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 10.6. No julgamento dos documentos de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 10.7. Se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação,

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

- 10.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e seus Anexos, a licitante será declarada vencedora.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.2. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada classificada em primeiro lugar.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Secretaria Regional de Licitações – 7ª SL, na rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Centro, Teresina-PI, nos dias úteis no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30 horas, de segunda a sexta-feira.
- 11.5. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, tempestivamente, no endereço acima, e dirigidas ao Pregoeiro, que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente, que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 11.5.1. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 11.1.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. A adjudicação do item do presente Edital será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do item ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 12.2.1. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 12.2.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição/serviço com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado, antes da homologação do certame.

13. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 13.1. A licitante vencedora será convocada por escrito para assinar o contrato na Assessoria Jurídica da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, em Teresina-PI, devendo comparecer no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação.
- 13.1.1. Na impossibilidade do comparecimento na cidade de Teresina (PI), a empresa contratada deverá entrar em contato com a Assessoria Jurídica (7ª/AJ), a fim de que se verifique a possibilidade de assinatura nas demais unidades desta empresa pública federal, localizadas em Brasília (DF), Montes Claros (MG), Bom Jesus da Lapa (BA), Petrolina (PE), Aracaju (SE), Penedo (AL), Juazeiro (BA), São Luis (MA), Recife (PE) ou Salvador (BA)
- 13.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, no decorrer do prazo especificado no subitem 13.1, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CODEVASF.
- 13.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4. A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 13.5. Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, é facultado à CODEVASF, por intermédio do Pregoeiro, convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação para fazê-lo. Analisada a aceitabilidade da proposta, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, sem prejuízo da cominação legal prevista no subitem 21.1 deste Edital.
- 13.6. A CODEVASF providenciará a publicação do extrato do instrumento de Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.
- 13.7. O Contrato a ser assinado com a licitante vencedora só terá eficácia após a publicação do respectivo extrato, do Diário Oficial da União.
- 14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**
- 14.1. Os recursos orçamentários para contratação dos serviços correrão a conta do Programa de Trabalho nº 04.122.2111.2000.0001-Administração da Unidade (PTRES 089684) sob a gestão da 7ª Superintendência Regional.
- 14.2. O valor máximo estimado mensal do contrato pelas 40.000 (quarenta mil) cópias é de R\$ 5.925,00 (cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais), perfazendo um total de **R\$ 71.100,00 (setenta e um mil e cem reais) pelo período de 1 (um) ano.**
- 14.3. O valor estimado é baseado na cotação de preço realizada junto a empresas do mercado local, conforme propostas anexado ao processo administrativo correspondente.
- 14.4. O valor para cada cópia excedente será obtido através da divisão do valor mensal da proposta vencedora pela quantidade de cópias franquiadas (40.000 cópias).

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

Vce=Vmp/Qcf

Vce = Valor de Cópia Excedente

Vmp = Valor Mensal da Proposta

Qcf = Quantidade de Cópia da Franquia = 40.000 cópias

15. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 15.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo, por interesse da 7ª Superintendência da Codevasf, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso IV do art. 57, da Lei nº 8.666/93.
- 15.2. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

16. OBRIGAÇÕES GERAIS

16.1. DA CONTRATANTE

- 16.1.1. Acompanhar, fiscalizar, zelar pela qualidade do serviço, receber, conferir e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, apurar e tratar as reclamações dos usuários através de representante(s) designado(s) por esta Superintendência Regional.
- 16.1.2. Registrar em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópia à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 16.1.3. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer anormalidade apresentada no funcionamento dos equipamentos, interrompendo seu uso se assim for recomendado.
- 16.1.4. Destinar áreas específicas para as instalações dos equipamentos, dotadas de pontos elétricos e de rede de comunicação, em quantidade e compatibilidade necessária, além de condições de infraestrutura adequada para o pleno funcionamento dos equipamentos, como por exemplo, ambiente adequadamente refrigerado.
- 16.1.5. Recusar a instalação de equipamentos que não se encontrem nas condições especificadas, ainda que estejam em condições de funcionamento.
- 16.1.6. Atestar a execução dos serviços, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.
- 16.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme previsto neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.
- 16.1.8. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação.

16.2. DA CONTRATADA

- 16.2.1 A empresa a ser contratada deverá disponibilizar um sistema informatizado para a contabilização de todos os documentos impressos, com arquivo de log contendo os dados sobre o nome do trabalho, formato, tamanho, número de páginas, identificação do usuário, nome/código da impressora, estação de trabalho, data e hora, compatível com os

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

sistemas operacionais MS Windows (64 bits) Professional versões 7, 8, 10 e Ms Windows Server 2008 R2 e Ms Windows Server 2012 Standart.

- 16.2.2 Deverá também, gerar o histórico de impressão por usuário/impressora/setor organizacional consolidando a quantidade de impressões realizadas no período. Este processo deverá ser realizado na própria rede da 7ª Superintendência da Codevasf, não exigindo nenhuma modificação estrutural, ficando ainda a cargo da empresa a ser contratada a distribuição do software conforme os padrões de segurança da informação estabelecidos pela 7ª Superintendência da CODEVASF.
- 16.2.3 O sistema informatizado de contabilização deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:
- 16.2.3.1 Contabilizar e controlar os custos de impressões em impressoras de rede e impressoras locais em máquinas com Windows;
- 16.2.3.2 Informar usuário, número de série do equipamento, nome do documento, data e horário de impressão, impressora, número de páginas, modo de impressão (simples ou duplex/cor ou mono), tamanho do papel, aplicativo e custo para cada job impresso;
- 16.2.3.3 Ordenar os relatórios por volume de páginas, por custo e por ordem alfabética, por usuários, por impressoras, por data e hora, por custo/ centro de custo e por site;
- 16.2.3.4 Permitir a utilização de relatórios por cor (color ou mono), tipo de papel, aplicativo, modo de impressão (simplex ou duplex);
- 16.2.3.5 Gerar relatórios de análise com informações por cor ou mono, por tamanho de papel, em duplex ou simplex;
- 16.2.3.6 Permitir a exportação de dados para análise e a exportação de relatórios em formatos PDF e MS Excel;
- 16.2.3.7 Permitir a contabilização de forma transparente para os usuários em estações que possuam impressoras locais de rede configuradas;
- 16.2.3.8 Permitir a definição de custos de página impressa por impressora.
- 16.2.3.9 Permitir a definição de Centros de Custos para usuários e a geração de relatórios a partir dos mesmos;
- 16.2.3.10 Fornecer Relatório de Análise Geral;
- 16.2.3.11 Viabilizar junto a Tecnologia de Informação da 7ªSR para que as impressoras e estações sejam cadastradas automaticamente no sistema pela captura das informações de bilhetagem;
- 16.2.3.12 Permitir a importação e criação de hierarquia, controle de acesso e relatórios para acompanhamento dos mesmos;
- 16.2.3.13 Disponibilizar gráfico e resumo para facilitar o acompanhamento do ambiente de bilhetagem;
- 16.2.3.14 Possuir sistema que permita informar os custos de impressão por modelo de equipamento;
- 16.2.3.15 Identificar usuários que geraram relatórios quando este disponibilizar esta informação no job, Banco de dados ou na impressão;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 16.2.3.16 Possuir base de dados compatível no padrão SQL;
- 16.2.3.17 Disponibilizar todas as interfaces e manuais em Português;
- 16.2.4 A prestação de serviços de impressão/cópia/scanner – multifuncionais compreende o emprego de equipamentos de acordo com a descrição técnica deste Edital e seus anexos, a manutenção preventiva e corretiva dos referidos equipamentos e ainda, quando necessário ao funcionamento adequado a substituição de peças, tudo a expensas do contratado, já abrangendo no valor do contrato a prestação do serviço como um todo;
- 16.2.5 A manutenção corretiva compreende os serviços necessários à correção de defeitos e reparos destinados a recolocar os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento incluindo a substituição de peças.
- 16.2.6 Não serão aceitas quaisquer outras modalidades que impliquem em custos extras para a CODEVASF.
- 16.2.7 O suporte técnico abrangerá:
- 16.2.7.1 Abertura e acompanhamento de chamados para qualquer tipo de manutenção nos equipamentos e sistemas integrantes da solução contratada;
- 16.2.7.2 Resolução de dúvidas correlatas à solução implantada e assistência ao suporte técnico interno da Contratante, exclusivamente em relação ao escopo deste Edital e seus anexos, e Orientação/informação aos usuários quanto à melhoria contínua da utilização dos postos de reprodução.
- 16.2.8 Não haverá custo os serviços de digitalização de documentos em rede.
- 16.2.9 Apresentar comprovação do programa de destinação ambientalmente correta a ser dada a todos os recipientes e resíduos dos suprimentos, em conformidade com a legislação Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental.
- 16.2.10 Fornecer equipamentos novos, em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- 16.2.11 Fornecer insumos e materiais de consumo de qualidade e/ou rentabilidade igual ou superior ao recomendado pelo fabricante das impressoras, e quando de fabricantes diferentes ao recomendado pelo fabricante das impressoras deverão ter sua comprovação aferida por laudos expedidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, visando o perfeito funcionamento das impressoras e na quantidade necessária para suprir a demanda, no prazo estabelecido neste Termo, sem ônus adicional.
- 16.2.12 Fornecer mensalmente papel para impressão, tipo A4, gramatura 75G/m fabricado em celulose vegetal, na cor branca, para a quantidade das cópias/impressões **franqueadas e excedentes**.
- 16.2.13 Fornecer máquinas cujas peças, componentes, acessórios e materiais estejam disponíveis (ou em linha de fabricação) no mercado, para imediato atendimento aos chamados para reparo técnico.
- 16.2.14 Realizar manutenção preventiva e corretiva nas máquinas nas condições estabelecidos neste Edital.

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 16.2.15 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as peças, componentes e acessórios em que se verificarem vícios, defeitos e/ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados.
- 16.2.16 Fornecer as mesas de apoio adequadas, sobre as quais serão instaladas as impressoras.
- 16.2.17 Instalar impressoras nos locais indicados no anexo I - Termo de Referência.
- 16.2.18 Fornecer transformadores e/ou estabilizadores no ato das instalações das impressoras máquinas, sem ônus adicionais.
- 16.2.19 Fornecer todos os meios, aparelhos, máquinas e mão de obra especializada necessários à instalação das impressoras nos locais definidos.
- 16.2.20 Fornecer cópia autenticada das Notas Fiscais de compra das impressoras instaladas nesta Superintendência Regional da CODEVASF.
- 16.2.21 Instruir e treinar, obrigatoriamente e sem ônus adicional, os empregados públicos que estarão envolvidos na operação das impressoras instaladas, com carga horária máxima de 04 horas, em local adequado para simulações de uso dos recursos, contemplando orientações básicas de operação da impressora, ligamento, desligamento, desatolamento de papel, etc., como também, orientações de uso de todos os recursos disponíveis.
- 16.2.22 Atender no prazo estabelecido na Tabela 1 do Anexo I – Termo de Referências todas as solicitações de visita técnica, através de ordem de serviço, bem como de entrega de suprimentos, devendo sempre ao final do atendimento, entregar relatório descrevendo os serviços realizados e/ou comprovante de entrega do suprimento.
- 16.2.23 Responsabilizar-se por todo e qualquer transporte para instalação ou remoção de equipamentos sempre que solicitado pela CONTRATANTE, sem ônus adicional e no prazo estabelecido no item 21.7.3 e seus subitens deste Edital.
- 16.2.24 Transportar seus funcionários, ferramentas e máquinas sempre que o atendimento técnico for solicitado.
- 16.2.25 Notificar a CONTRATANTE da existência de defeitos, vícios, ou mau funcionamento dos equipamentos.
- 16.2.26 Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 16.2.27 Substituir imediatamente qualquer empregado responsável pela execução dos serviços que causar embarço à boa execução do Contrato ou por recomendação da fiscalização.
- 16.2.28 Fornecer e instalar equipamento igual ou superior, sem ônus adicionais, no local em que houver sido retirado para conserto.
- 16.2.29 Efetuar medições mensais extraíndo relatório demonstrativo do número de cópias/impressões no período, excluindo as cópias decorrentes de testes promovidas por técnicos da empresa. As medições deverão ocorrer com acompanhamento de empregado designado da 7ª Unidade Regional de Patrimônio, Materiais e Serviços Auxiliares da CODEVASF e o relatório deverá ser assinado pelo técnico e pelo empregado que acompanhar a medição.

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 16.2.30 A CONTRATADA deverá encaminhar, mensalmente, à CONTRATANTE demonstrativo de produção das quantidades aferidas no mês correspondente, bem como os relatórios extraídos de cada impressora, sem o qual não será realizado o pagamento da fatura.
- 16.2.31 Fornecer relatórios e/ou esclarecimentos relativos a cópias/impressões, individuais ou globais, de impressoras e demais assuntos que se fizerem necessários sempre que solicitado pela CONTRATANTE.
- 16.2.32 Responsabilizar-se por qualquer atendimento médico, acidente ou mal súbito que venha ocorrer com seus empregados nas dependências da CONTRATADA.
- 16.2.33 Fornecer máquinas e insumos de baixo impacto ambiental, levando em conta a saúde e segurança das pessoas e a proteção ao meio ambiente.
- 16.2.34 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CODEVASF ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.
- 16.2.35 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.
- 16.2.36 Manter durante toda a vigência do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste Edital.
- 16.2.37 Entregar, no ato da instalação das impressoras, manual em português, impresso e encadernado, na quantidade de 01 (um) exemplar por impressora.
- 16.2.38 Informar ao Gestor do Contrato e a 7ª Unidade Regional de Tecnologia da Informação de qualquer interrupção que se faça no atendimento/manutenção dos equipamentos esclarecendo os motivos.
- 16.2.39 Atentando para as normas de segurança nas dependências da CONTRATANTE, deverá, a CONTRATADA, apresentar uma listagem com o nome e número do documento de identidade de cada funcionário que se apresentar para prestar serviços de entrega de suprimento e/ou manutenção/conserto dos equipamentos. Essa listagem deverá ser atualizada sempre que houver mudança no quadro de funcionários que atenderão esta Superintendência Regional e seus técnicos deverão se apresentar devidamente identificados por meio de crachás e/ou uniformizados.
- 16.2.40 Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 18, inciso I, alínea "g" da IN 04/2014
- 16.2.41 Retirar, ao término do contrato, os equipamentos das dependências da 7ª Superintendência Regional no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da comunicação formal da CONTRATANTE, podendo esse prazo ser prorrogado a critério da CODEVASF.
- 16.2.42 Indicar, formalmente, observado o art. 68, da Lei n.º 8.666, de 1993, preposto para acompanhar a execução dos serviços e responder perante a CONTRATANTE, bem como seu substituto, em casos de ausências e impedimentos. O Preposto terá a obrigação de se reportar, quando necessário, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da CODEVASF e de tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas na execução do contrato.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 16.2.43 Toda informação referente às áreas de Tecnologia da Informação, em específico, ou áreas finalísticas, de modo geral, de cada setor da CONTRATANTE que a CONTRATADA, seus Prepostos e Técnicos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços contratados, não poderá, sob hipótese nenhuma, ser divulgada a terceiros.
- 16.2.44 Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento.
- 16.2.44.1 Fornecer, mediante prévia comunicação à CONTRATANTE, quando disponíveis, ou caso necessárias para o devido funcionamento e operação da Solução, atualizações de funcionalidades e de segurança, entre outras.
- 16.2.45 Dado o encerramento do contrato, fica a contratada obrigada:
- 16.2.45.1 Cancelar de conexões e portas lógicas disponibilizadas para o sistema de gerenciamento de impressões da CONTRATADA (IN.04/2010 SLTI/MPOG. Art. 14, III, b);
- 16.2.45.2 Cancelar de conexões e portas lógicas disponibilizadas para o sistema de gerenciamento de impressões da CONTRATADA (IN.04/2010 SLTI/MPOG. Art. 14, III, b);
- 16.2.45.3 Disponibilizar as informações sobre bilhetagem dos equipamentos durante a vigência do contrato ate cinco dias após a data de encerramento (IN.04/2010 SLTI/MPOG. Art. 14, III, a, b, IV, b); e
- 16.2.45.4 Cancelar de todos perfis de acesso da contratada ao ambiente computacional da CODEVASF-7ª/SR provido durante a execução do contrato (IN.04/2010 SLTI/MPOG. Art. 14, III, d).

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será feito mensalmente, por crédito bancário, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante atesto da respectiva Nota Fiscal ou Fatura e posterior liberação para pagamento, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.
- 17.1.1. Será efetuado o pagamento mensal após aferição do quantitativo das cópias/impressões nas medições de cada mês e emissão de relatório assinado por técnico designado pela CONTRATADA e empregado público responsável pelo acompanhamento dos serviços designados pela CONTRATANTE.
- 17.1.2. A CODEVASF pagará o valor mensal da franquia, respeitada as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, e das cópias excedentes, se houver.
- 17.2. Para que o pagamento seja efetuado até o 10º (décimo) dia útil, conforme subitem acima, a licitante vencedora deverá entregar a Nota Fiscal ou Fatura à 7ª Superintendência da Codevasf até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, na Unidade Regional de Patrimônio, Materiais e Serviços Auxiliares da 7ª Superintendência da Codevasf.
- 17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da regularidade fiscal, constatada através de consulta "online" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.
- 17.4. O Fiscal do contrato somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.
- 17.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o Fiscal do contrato devolverá a Nota Fiscal à licitante vencedora, ficando suspenso o pagamento até a solução das pendências. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a 7ª Superintendência da Codevasf.
- 17.6. O pagamento somente será efetuado se a licitante vencedora mantiver, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, cuja consulta será feita via on-line no SICAF.
- 17.7. A 7ª Superintendência da Codevasf reserva-se ao direito de não realizar o pagamento se, no ato de atestar o documento de cobrança, a prestação dos serviços não estiver de acordo com as definições deste Edital.
- 17.8. Se por qualquer motivo alheio à vontade da 7ª Superintendência da Codevasf, não forem realizados os serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento, restringindo-se a obrigação dos serviços efetivamente efetuados, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 17.9. A 7ª Superintendência da Codevasf poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, de acordo com os termos deste Edital.
- 17.10. Os pagamentos serão creditados em nome da licitante vencedora, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.
- 17.11. Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93.
- 17.12. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à CODEVASF do documento de cobrança, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 17.13. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após 30 (trinta) dias de recebimento da fatura sem nenhuma justificativa formal, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária

P = Valor da Parcela a ser paga;

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + IM1/100)^{dx1/30} \times (1 + im2/100)^{dx1/30} \times (1 + imn/100)^{dx1/30} \times - 1$, onde:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 17.13.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.
- 17.13.2. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 17.13.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.
- 17.14. O documento de cobrança indicará, obrigatoriamente, o número do Contrato, o número e a data de emissão da Nota de Empenho - NE, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços objeto deste Pregão Eletrônico.
- 17.15. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo a IN/SRF nº 1.234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza dos serviços.
- 17.16. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 17.16.1. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 17.17. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto n.º 1.054, de 07/02/94.
- 17.18. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente.
- 17.19. Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 18.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, contado da emissão da ordem de serviço, comprovante de prestação de garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, ficando estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- por caução em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia, emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, ou Fiança Bancária, emitida por banco autorizado pelo BACEN, a critério da contratada.
- 18.2. Quando se tratar de garantia em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do Art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).
- 18.3. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.
- 18.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015);
 2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015);
 3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);
 4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015).
- 18.5. A não integralização da garantia no prazo estabelecido inviabilizará a assinatura dos respectivos aditamentos ao contrato ou de seus respectivos aditamentos, representando inadimplência da Contratada, sujeitando-a às penalidades previstas nos arts 86 e 87 da Lei 8.666/93.
- 18.6. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 18.7. Após 90(noventa) dias da assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução das obras/serviços e fornecimentos contratados.
- 18.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão ou, se forem apuradas verbas a qualquer título, devidas pela Contratada, decorrentes da contratação e prestação dos serviços, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

19. REAJUSTAMENTO

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 19.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados, para mais ou para menos, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$I1 - I0$$

$$R = V [-----], \text{ onde:}$$

$$I0$$

“R” é o valor do reajuste procurado;

“V” é o valor contratual dos serviços a serem reajustados;

“I1” é o índice relativa à data do reajuste;

“I0” é o índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação.

- 19.1.1. O índice a ser considerado para o reajustamento será o da coluna 36 – Indústria de Transformação Mecânica e Equipamentos Industriais, da Revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas.

20. FISCALIZAÇÃO

- 20.1. A fiscalização dos serviços será feita diretamente pela CODEVASF, através de servidor **formalmente** designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando o contrato em conformidade com este Edital e seus anexos.
- 20.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à 7ª Superintendência da Codevasf ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 20.3. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 20.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à autoridade competente, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.
- 20.5. A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões.
- 20.6. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quando ao

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 20.7. Das decisões da Fiscalização, poderá a licitante vencedora recorrer à autoridade competente, responsável pelo acompanhamento do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da respectiva comunicação.
- 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**
- 21.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, e ainda, pelo descumprimento dos prazos estabelecidos, e/ou deixar de entregar os documentos exigidos neste contrato, a 7ª Superintendência da Codevasf poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- I. Advertência que será aplicada por ofício, mediante contra-recibo do representante Legal da CONTRATADA, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a mesma apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante o crivo da Administração;
 - II. Multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias.
 - a. A multa moratória será aplicada a partir do 10º (décimo) dia da inadimplência, contado da data definitiva para o regular cumprimento da obrigação.
 - III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à 7ª Superintendência da Codevasf.
- 21.2. Decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução total contratual, ensejando a sua rescisão.
- 21.3. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, caso deixe de entregar a documentação exigida durante a vigência do contrato, apresente documentação falsa, enseje o retardamento da execução do objeto pactuado, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal.
- 21.4. A sanção prevista no subitem 21.1, item I, poderá ser aplicada juntamente com a dos itens II e III do mesmo subitem, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 21.5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia contratual prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrado judicialmente;
- 21.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar, a CONTRATADA será descredenciada pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais. A aplicação

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

de qualquer das penalidades previstas será realizada por meio de processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/99.

21.7. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

21.7.1. O Acordo de Nível de Serviço define os níveis de qualidade esperados na prestação do serviço e as respectivas supressões no pagamento através de indicador de abaixo descrito.

INDICADOR	
Nº 1 – DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO DE IMPRESSÃO	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a disponibilidade dos serviços de impressão.
Meta a cumprir	Equipamentos em condições de funcionamento adequado para provimento de serviço de impressão de forma a evitar a indisponibilidade do mesmo.
Instrumento de Medição	Tempo de indisponibilidade do equipamento de impressão.
Forma de acompanhamento	Gerenciamento via Ordem de Serviços do equipamento, comunicações via correio eletrônico e verificação física.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada parada do serviço de impressão será acompanhado individualmente para verificar o total de horas de indisponibilidade.
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme subitem 21.7.3, tabela 2, deste Edital.
Sanções	Conforme estabelecido no subitem 21.1 e seguintes deste Edital.
Observações	N/A

21.7.2. Caso não seja atingido o nível de qualidade esperado na prestação do serviço o valor mensal a ser pago à CONTRATADA será reduzido, conforme subitem 21.7.3.

21.7.3. Prazos que compõe a métrica do acordo de nível de serviço:

Tabela 1 – Tipos de serviços e prazos

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

Tipo	Descrição do Serviço	Prazo para atendimento inicial (dia útil)	Prazo para conclusão do serviço (até dias úteis)	Índice de desconto [IDSRA]u7
1	Medições mensais do número de cópias/impressões para fins de pagamento	1º dia útil subsequente ao que será faturado	Até o 2º dia útil do mês subsequente ao que será faturado	5%
2	Remoção, deslocamento e reinstalação de impressoras	1 dia	2 dias	10%
3	Reposição de material ou insumo	1 dia	1 dia	8%
4	Assistência técnica para equipamento sem funcionamento	1 dia	1 dia	15%
5	Assistência técnica para equipamento funcionando parcialmente, ou seja, com falha em seus recursos disponíveis	1 dia	1 dia	10%
6	Serviço requisitado e agendado em reunião com o gestor e concordância do contratado e registrado em ATA	Prazo acordado	Prazo acordado	10%
7	Fornecimento de informações relativas ao objeto contratual	1 dia	2 dias	8%
8	Substituição do equipamento que apresentar o mesmo problema no período de trinta dias.	05 dias	5 dias	20%

Tabela 2 – PDP

Item	Percentual de descumprimento mensal dos prazos ANS	Percentual de Desconto Primário – PDP
1	De 0% a 10% (exclusive)	5% de desconto
2	De 10% (inclusive) a 20% (exclusive)	10% de desconto
3	De 20% (inclusive) a 40% (exclusive)	15% de desconto
4	De 40% (inclusive) a 60% (exclusive)	20% de desconto
5	De 60% (inclusive) a 80% (exclusive)	25% de desconto
6	Acima de 80% (inclusive)	35% de desconto

- 21.7.4. Quando houver atraso nos prazos de atendimento inicial e/ou de conclusão do serviço definidos na Tabela 1, o serviço será considerado como atendido fora do prazo
- 21.7.5. Na solicitação do serviço por e-mail, a CONTRATANTE classificará o tipo do serviço (Tabela 1).

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 21.7.6. No prazo para conclusão dos serviços já estão incluídas eventuais necessidades de substituições da máquina, bem como peças, componentes e acessórios que porventura não estejam em poder do técnico no momento do atendimento.
- 21.7.7. A fim de evitar descumprimento dos prazos poderá a CONTRATADA substituir a impressora cujo conserto demandar prazo acima do definido no ANS por outra de modelo equivalente ou superior, por uma outra nova (a nota fiscal de compra deverá ser apresentada), sem ônus adicional para a CONTRATADA, responsabilizando-se por todos os custos decorrentes.
- 21.7.8. Os chamados que forem concluídos fora do prazo previsto no ANS ainda assim deverão ser executados pela CONTRATADA, sendo levados em conta os relativos percentuais de descontos por dia de atraso.
- 21.7.8.1. A ocorrência de três chamados técnicos classificados como do tipo 4 ou 5, em qualquer combinação destas, para uma mesma máquina em um período de 30 (trinta) dias corridos, ensejará a substituição da impressora por outra de modelo igual ou superior, em perfeitas condições de uso, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por todos os custos decorrentes, sem prejuízo dos descontos na fatura no respectivo mês.
- 21.7.9. Não serão contabilizados na regra estabelecida acima os chamados abertos para reposição de tóner após a impressora ter ultrapassado a quantidade de cópias referente à capacidade de impressão especificada para o cartucho tóner.
- 21.7.10. Fórmula para cálculo de desconto na fatura mensal:

$$DFM = PDP + \sum_{i=1}^n IDSRA_i \times NDA_i$$

Ou por extenso:

$$DFM = PDP + IDSRA1 \times NDA1 + IDSRA2 \times NDA2 + IDSRA3 \times NDA3 + \dots + IDSRA_n \times NDA_n, \text{ ou seja:}$$

Onde:

DFM → Desconto na Fatura Mensal

PDP → Percentual de Desconto Primário: Percentual de desconto da fatura mensal relativo ao percentual de serviços atendidos fora do prazo ao total de serviços solicitados.

IDSRA_i → Índice de Desconto por serviço em Atraso

NDA_i → Número de dias de atraso para conclusão do serviço:

n → Número de serviços realizados com atraso

- 21.7.11. Descumprimento do ANS nos prazos e condições definidos abaixo poderá ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis na Lei Nº 8.666/93:
- 21.7.11.1. Três meses consecutivos de descumprimento do ANS, independente da renovação do contrato.
- 21.7.11.2. Quatro meses, em um grupo de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro mês de descumprimento do ANS, independente da renovação do contrato.
- 21.7.11.3. Tentativa de burlar o controle do ANS informando dados incorretos.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 22.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 22.3. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, desde que pertinentes ao objeto do pregão e observada a legislação.
- 22.4. A Minuta de Contrato, anexa a este Edital, regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato. A referida Minuta sofrerá ajustes ou adequações necessárias.
- 22.5. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços extras. Serviços extras não contemplados na planilha de preços da licitante vencedora deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 22.6. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 22.7. A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 22.8. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 22.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 22.10. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 22.11. A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 22.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CODEVASF.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

- 22.13. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na CODEVASF é das 8h às 12h e das 13h30m às 17h30m, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro ou pelo Protocolo da CODEVASF até às 17h30m do último dia do prazo recursal.
- 22.14. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 22.15. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei 10.520, de 17/07/2002, o Decreto 3.722, de 09/01/2001, o Decreto 3.555, de 08/08/2000 e Decreto 5.450, de 31/05/2005.
- 22.16. Este Edital e seus anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições.
- 22.17. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, com sede em Teresina, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Teresina (PI), 28 de julho de 2017.

JOSÉ OCELO ROCHA CAMPOS JÚNIOR
Superintendente Regional Substituto
CODEVASF – 7ª/SR

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(gravado em arquivo separado)

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

ANEXO II
TERMO DE PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

À
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA – CODEVASF
Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02 –Centro
64001-340 – Teresina-PI

Prezados Senhores,

Tendo examinado os documentos de licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de reprografia para atender a sede da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina-PI, objeto do Edital n.º 06/2017-7ªSR – Pregão Eletrônico, em conformidade com o referido Edital e seus Anexos, bem como com as especificações constantes em nossa proposta, pelo valor global de R\$ _____(_____), conforme planilha de preços anexa, que faz parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital, a contar da assinatura do contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 120 (cento e vinte) dias desde a data fixada para abertura das propostas, e representará um compromisso que pode ser aceito a qualquer prazo antes da expiração desse prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a licitação em pauta.

Declaramos, ainda mais, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre os serviços.

Atenciosamente.

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

MODELO DE PLANILHA DE PREÇO

Pregão Eletrônico nº.			
NOME DA EMPRESA:			
CNPJ:			
ENDEREÇO DA EMPRESA:			
TELEFONE E FAX DA EMPRESA:			
NOME DO REPRESENTANTE, TELEFONE FIXO/CELULAR:			
DATA:			
ASSINATURA:			
TABELA 1 – IMPRESSÃO/CÓPIA MONOCROMÁTICA			
Quantidade estimada mensal de cópias	Preço unitário da cópia/impressão	Preço mensal da cópia/impressão	Preço anual da cópia/impressão
40.000			

Preço global estimado = R\$

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

ANEXO III-A

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:

FUNÇÃO:

RG nº

CPF nº

DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL DOS SERVIÇOS

Declaramos, sob as penalidade da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CODEVASF.

Local e data

Assinatura do representante legal

Observação:

1) Emitir em papel que identifique a licitante.

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

ANEXO III-B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(papel timbrado **DO LICITANTE**)

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para fins de participação no(a) ...(**INDICAR A MODALIDADE E O N.º DA LICITAÇÃO**) ..., da CODEVASF – 7ª Superintendência Regional, que à época da assinatura do TERMO CONTRATUAL, teremos estrutura técnica adequada **OU** indicaremos nome, telefone, endereço e pessoa para contato de empresa terceirizada por nós com estrutura técnica adequada, localizada na região da Capital Teresina, para prestar os serviços de manutenção e assistência técnica.

Caso indiquemos empresa terceirizada para prestar os serviços de manutenção e assistência técnica e caso a empresa indicada deixe de atender às solicitações efetuadas pela CODEVASF – 7ª Superintendência Regional, durante o período contratual, nos responsabilizamos pela manutenção e assistência técnica total e integral das máquinas oferecidas.

(Localidade).....,de.....de

(Assinatura do) Representante(s) Legal(is) da empresa licitante do(s) materiais(s), (com identificação do) nome(s) completo(s), cargo(s), endereço(s), fax e telefone(s) de contato).

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
(Gravado em arquivo separado)

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

ANEXO V
GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

	GUIA DE RETIRADA DO EDITAL	EDITAL N.º 06/2017 (PREGÃO ELETRÔNICO)	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE REPROGRAFIA PARA ATENDER A SEDE DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, EM TERESINA-PI.			
Documentos Constitutivos			
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO II - TERMO DA PROPOSTA, ANEXO III -MODELO DE DECLARAÇÕES, ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO, ANEXO V - GUIA DE RETIRADA DO EDITAL.			
Dados para correspondência informados pela licitante			
EMPRESA:			
ENDEREÇO:			
CIDADE:		ESTADO:	CEP:
TELEFONE:		FAX:	
CNPJ:	E-mail:		
(O Edital quando retirado nos sites www.codevasf.gov.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br é gratuito)			
Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Edital e seus Anexos.			
Pela licitante:			
Assinatura		DATA: ____/____/ 2017	